



POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A QUESTÃO DA CULTURA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES¹

Anita Helena Schlesener²

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre os elos entre política e educação nos escritos de Gramsci. Acentua a relação entre política e cultura no contexto das relações de hegemonia, as suas características específicas e os caminhos possíveis para a construção de um projeto alternativo de sociedade. A dimensão política da educação define-se a partir da compreensão da hegemonia como uma forma de exercício do poder que se concretiza pelo equilíbrio entre coerção e consenso, domínio e direção intelectual e moral. Neste contexto, para as classes subalternas coloca-se a necessidade de elaborar e exprimir em nova linguagem a sua própria cultura como condição de emancipação política e como produção de sua própria identidade de classe.

Palavras chave: Hegemonia, política, cultura, educação.

POLÍTICA Y EDUCACIÓN: LA CUESTIÓN DE LA CULTURA EN LA FORMACIÓN DE LOS TRABAJADORES

Resumen

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre los vínculos entre política y educación en los escritos de Gramsci. Enfatiza la relación entre política y cultura en el contexto de las relaciones hegemónicas, sus características específicas y los posibles caminos para la construcción de un proyecto alternativo para la sociedad. La dimensión política de la educación se define a partir de la comprensión de la hegemonía como una forma de ejercer el poder que se logra mediante el equilibrio entre la coerción y el consenso, el dominio y la dirección intelectual y moral. En este contexto, para las clases subordinadas existe la necesidad de elaborar y expresar su propia cultura en un nuevo idioma como condición de emancipación política y como producción de su propia identidad de clase.

Palabras clave: hegemonía, política, cultura, educación.

POLICY AND EDUCATION: THE ISSUE OF CULTURE IN THE TRAINING OF WORKERS

Abstract

This article presents some reflections on the links between politics and education in Gramsci's writings. It emphasizes the relationship between politics and culture in the context of hegemonic relations, their specific characteristics and the possible ways for the construction of an alternative project of society. The political dimension of education is defined from the understanding of hegemony as a form of exercise of power that is materialized by the balance between coercion and consensus, mastery and intellectual and moral direction. In this context, for the subordinate classes, there is the need to elaborate and express in a new language their own culture as a condition of political emancipation and as a production of their own class identity.

Keywords: Hegemony, politics, culture, education.

¹ Recebido em 16/12/2019. Primeira avaliação em 20/12/2019. Segunda avaliação em 12/01/2020. Aceito para publicação em 26/01/2020.

² Graduação em filosofia, Mestrado em Educação, Doutorado em História. Docente do Mestrado e Doutorado em Educação da UTP-PR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2768-5858>. E-mail: anitahelena1917@gmail.com

Introdução

O programa de educação do proletariado deve ser formulado e efetivado por órgãos que o próprio proletariado constituiu em defesa dos próprios interesses (GRAMSCI, 1980, p. 642).

Esse trabalho pretende retomar alguns aspectos da relação entre política e educação a partir de escritos de Antonio Gramsci, salientando inicialmente o significado da educação como expressão do conjunto das relações de hegemonia. Pretende-se acentuar a relação entre hegemonia e cultura a fim de esclarecer como se constrói a sociabilidade atual como hegemonia dos dominantes, por meio da formação de um modo de pensar homogêneo tendo como instrumento os meios de comunicação de massa.

Faz-se necessário acentuar que Gramsci atuou e refletiu a partir da realidade italiana e europeia do início do século XX, num contexto econômico e social caracterizado pela implementação do fordismo e por políticas essencialmente autoritárias, em confronto com um movimento operário que se organizava num processo revolucionário. A relação entre política e cultura nos escritos de Gramsci evidencia tanto a importância quanto as dificuldades de organização política dos trabalhadores no contexto de uma sociedade civil enfraquecida pela constante centralização política subsidiada por uma tradição autoritária e paternalista, por um elitismo dos intelectuais e pela ação da Igreja católica.

A dimensão política da educação define-se a partir da compreensão da hegemonia como uma forma de exercício do poder que se concretiza pelo equilíbrio entre coerção e consenso, domínio e direção intelectual e moral; a formação para a vida se faz no movimento histórico no qual se instituem determinadas relações de poder e de percepção da realidade de acordo com os objetivos do modo de produção. A escola apresenta-se como um dos aparatos de formação cultural para a consolidação da hegemonia, mas também com perspectivas de formação de consciência crítica. Para as classes trabalhadoras, a escola possibilita o acesso aos mecanismos que viabilizam a formação inicial e os instrumentos para o acesso ao conhecimento historicamente produzido; mas a aprendizagem ocorre dentro dos limites de uma instituição que, no contexto das relações de hegemonia, tem a função de adaptar aos objetivos do modo de produção e

de dominação capitalista.

A estrutura curricular e a organização do conhecimento transmitido na escola fazem com que a formação escolar não privilegie o saber popular, nem a relação entre teoria e prática, que interessam aos trabalhadores. Deste modo, a formação limita-se a transmitir a cultura do ponto de vista da história dos dominantes e de modo a manter a separação entre dirigentes e dirigidos.

No contexto das relações de hegemonia a pergunta que se faz é sobre o que é efetivamente popular, ou seja, o que é produzido pelas classes populares e o que é apresentado e veiculado para elas e que funciona como elemento que fundamenta o consenso. Para tanto, faz-se necessário explicitar o significado de cultura popular no contexto do pensamento de Gramsci: a cultura manifesta um modo de pensar que se evidencia no senso comum; este se compõe do que o autor chama “folclore”, entendido como um conjunto fragmentado e incoerente de conhecimentos e de “filosofia”, correspondente a certa sistematização coerente do conhecimento a partir dos referenciais hegemônicos. Precisamente por não ser sistematizado o senso comum esconde, no cotidiano dos trabalhadores, as contradições entre o pensamento assimilado e a sua ação: muitos elementos do pensamento dominante e da história da cultura são assimilados de modo acrítico apresentando-se na diversidade de ideias, muitas vezes opostas entre si e em contradição com a prática e a vida social dos trabalhadores.

Outro limite que atua para consolidar a subalternidade no processo educativo é a linguagem, que expressa o pensamento hegemônico na forma de uma verdade universal que não existe em uma sociedade profundamente lacerada pela divisão social do trabalho. Lutar por novas relações de hegemonia implica criar uma nova linguagem fazendo o traçado da história da língua, a fim de apropriar-se de seus significados históricos para formar a própria concepção de mundo. Trata-se de criar um modo de pensar que coincida com o sentir, que permita entender, explicitar e superar as contradições vividas e fazer a crítica ao modo de pensar hegemônico. Trata-se de um trabalho gigantesco ante a atuação sistematizada e contínua dos meios de comunicação de massa, que atingem em cheio as classes populares. A ação continuada dos meios de comunicação de massa, que se sustentam num discurso pretensamente neutro e universal, acabam por impor um modo de pensar sem crítica, com informações seletivas

que apresentam como a verdade única.

A cultura precisa ser entendida como trabalho de crítica, de pensamento gerado na polêmica e no embate de projetos de sociedade, porque não existe uma cultura, mas culturas apropriadas e mistificadas pelo pensamento hegemônico. A cultura é criação histórica condicionada e permeada por contradições, produzida e apropriada historicamente por grupos sociais hegemônicos.

A fragilidade política gerada por esse processo unilateral de conhecimento gera uma incompreensão das formas de agir e das possibilidades de modificar a situação econômica e social; esta situação pela qual se aborda a realidade pela ótica do poder abre a possibilidade ao conformismo e ao processo de cooptação de dirigentes populares por parte da classe dominante; a debilidade organizativa dos trabalhadores possibilita a atuação de políticos escusos que conseguem o apoio das massas com astúcia e promessas as quais não pretendem cumprir, mas que servem para mantê-los no poder a serviço da elite dominante.

Tais mecanismos, próprios do exercício da hegemonia burguesa, são um complicador a mais no processo de organização política e de autoeducação dos trabalhadores que, a cada fracasso, precisam recomeçar o processo de sua formação e organização política. Nesta situação, a luta por novas relações de hegemonia produz-se como experiência de uma nova educação, que se apresenta para Gramsci como a formação de um novo homem no processo de construção de uma nova ordem política.

Para os trabalhadores, coloca-se a necessidade de elaborar e exprimir em nova linguagem a sua própria cultura como condição de emancipação política e como produção de sua própria identidade de classe. Assim, identifica-se que a educação consiste no processo de formação de uma concepção crítica e histórica da realidade, caracterizada pela formação de uma identidade de classe que se expressa em novas individualidades conscientes, participativas, isto é, capazes de viver plenamente a liberdade e a autonomia política (GRAMSCI, 1978).

A cultura popular traz em seu seio a relação entre teoria e prática: Gramsci acentua que pensar bem qualquer coisa que se pense significa também executar bem qualquer coisa que se faça (GRAMSCI, 1975). Educar-se no processo de organização política, este é o significado da cultura para as classes populares. Trata-se de ter clareza da

necessidade de formular e construir um projeto alternativo de sociedade, que passa pela articulação entre política e cultura.

Desse modo, ao aliar política e cultura no processo de formação dos trabalhadores, Gramsci explicita a noção de hegemonia que, constituída por relações de domínio e direção intelectual e moral, sustenta-se por uma noção de cultura popular sedimentada no senso comum. O conceito de hegemonia assume significados diferentes conforme a realidade analisada que, nos Cadernos do Cárcere, vai desde a Revolução Francesa até a ascensão do fascismo na Itália. Se um grupo social é dominante não tanto quando submete pela força armada, mas quando convence outros grupos a submeter-se ao seu direcionamento político e quando consegue que as classes dominadas assimilem o seu modo de pensar, a educação assume uma dimensão política fundamental na tarefa de inverter esse conjunto de relações.

Essa definição geral de hegemonia, vinculada ao conceito de educação entendido, na sociedade capitalista, como um processo pelo qual o indivíduo adapta-se às necessidades e exigências do modo de produção e é formado para desempenhar funções na hierarquia que separa dirigentes de dirigidos, permite explicitar a função mais geral da escola. Esta tem uma função determinada pelas políticas públicas e os objetivos do projeto dominante, mas é permeada pelas contradições que fazem parte da vida social dos trabalhadores, de modo que tem também as condições necessárias para a formação cultural uma formação integral e uma consciência crítica.

Importante acentuar a diferença de significado de hegemonia no contexto da luta de classes: para as classes dominantes, o consenso que consolida as relações de hegemonia é passivo, no sentido que resulta geralmente de um acordo entre partes, assim como o acordo que se concretiza em um contrato; ocorre que esta relação é apenas formal, porque se fundamenta em uma igualdade imaginária entre as partes, que não corresponde ao conteúdo social que se constitui pela desigualdade social em todas as suas formas.

Da perspectiva das classes subalternas, o consenso precisa ser ativo, resultado de um trabalho permanente de formação de uma vontade política coletiva. Entende-se esta formação como resultado de um movimento coletivo que pode inicialmente ser espontâneo, mas precisa criar uma direção produzida no movimento articulado de debate

e participação coletiva, que gera novos dirigentes.

Essa questão permeia os escritos de Gramsci, desde o período de militância política, entre 1916-1926, até os Cadernos do Cárcere, principalmente ao salientar a dimensão política da educação para os trabalhadores. É no processo de organização política que os trabalhadores se educam porque por meio do debate e da atividade organizativa conseguem explicitar o seu modo de pensar e criar as condições necessárias para redefinir conceitos e ações. Para Gramsci existe, na prática cotidiana dos trabalhadores, os germens de uma nova concepção de mundo que se explicita por meio da organização política enquanto movimento de educação recíproca.

Educar-se implica, no contexto da organização política dos trabalhadores, superar o senso comum elaborando um pensamento coerente. Para os trabalhadores a implementação de uma nova gestão política implica o dever de educar-se e difundir o saber e a experiência de modo independente dos grupos intelectuais, isto é, da educação tradicional oferecida pela escola. Esta possibilita o acesso aos mecanismos que viabilizam a formação inicial, dentro dos limites de uma instituição que visa a cumprir determinados objetivos de adaptação no contexto das relações econômicas e sociais capitalistas. A estrutura curricular e a organização do conhecimento transmitido na escola fazem com que a formação escolar não privilegie o saber popular, nem a relação entre teoria e prática, que interessam aos trabalhadores. No entanto, essa instituição é importante porque alfabetiza e abre as portas para o conhecimento em geral e, agregada a outros órgãos independentes de formação política e cultural, pode renovar a sua função.

Para as classes trabalhadoras trata-se tanto de exigir a qualidade dos meios de educação oferecidos pela sociedade (como a escola), mas especialmente de criar os seus próprios instrumentos educativos a partir de sua organização política. A questão seria refletir sobre os procedimentos para superar os limites da formação escolar no contexto das relações de hegemonia, para abrir a possibilidade de a escola mostrar a dimensão política da educação na prática cotidiana dos trabalhadores, a fim de desvelar as possibilidades de um novo pensamento presente na sua prática e na sua vida social.

A escola precisaria atuar na decifração das contradições, a fim de criar os mecanismos de uma abordagem mais precisa do real, superando as inversões que a

ideologia apresenta. Esse trabalho exigiria criar as condições de apropriação de uma metodologia para compreender o real para além de suas aparências: a dedução e a indução, próprias da lógica formal, servem como abordagem inicial para uma ação educativa que permita a elaboração de uma consciência crítica; importante é procurar uma compreensão do particular articulado a uma “base histórica que contenha as premissas materiais” que possibilitem alcançar o que se esconde por trás das aparências e elaborar um pensamento crítico no qual “dedução e indução sejam combinadas”, assim como identidade e diferença, positivo e negativo, abstrato e concreto, sempre com referência ao contexto histórico (GRAMSCI, 1978, Q. 1, p. 34).

Em linhas gerais, seria necessária toda uma reformulação teórico-metodológica que não poderia prescindir da relação entre conteúdo e método, da relação interdisciplinar e do trabalho coletivo dos professores. Uma verdadeira reformulação curricular que teria como objetivo principal aprender a abordar o real e compreendê-lo em suas contradições. Algo profundamente inovador, como fazer com que “nas escolas primárias e secundárias as ciências naturais e físicas fossem ensinadas com base no relativismo de Einstein”; como a aprendizagem inicial da criança acontece em bases da lógica formal e do senso comum, as crianças teriam dificuldades em compreender. Porém é precisamente essa atitude que possibilitaria abrir novos horizontes de aprendizagem, visto que o senso comum deve ser superado e, “se o ambiente é educador deve, por sua vez, ser também ele educado” (GRAMSCI, 1978, Q. 10, p. 1425-6). Se os homens são frutos do ambiente, também possuem na sua atividade as condições de modificação do ambiente e é isso que se espera quando se afirma que o educador deve ser educado.

Cabe acentuar, com Accardo, que “Gramsci tinha consciência do quanto o processo educativo era delicado e complexo, porque consiste em forçar a natureza imprimindo uma direção precisa a evolução e a maturação da criança e do adolescente”. A criança “é um sujeito inserido em um contexto” e sua maturação depende de um conjunto de fatores, entre os quais o ambiente e a sociedade (ACCARDO, 2009, p. 14-15). A insistência de Gramsci no rigor metodológico, que possibilita uma verdadeira inteligibilidade do real superando as aparências, a necessidade de uma aprendizagem a partir da historicidade do homem, a disciplina para a liberdade, a prática cotidiana de relações que viabilizem a emancipação e a liberdade, são algumas das características

da sua concepção de educação que acentuam a relação entre política, história e educação.

Como acentua Dias, a “inteligibilidade do real é marcada pelo olhar estratégico (unidade teoria-prática) do investigador” (DIAS, 2007, p. 34), ou seja, no contexto escolar, cabe esclarecer sempre de que ponto de vista se fala e não apenas colocar a diversidade de pensamentos como se houvesse alguma neutralidade na perspectiva da produção ou da transmissão do conhecimento. Seguindo esses parâmetros e dentro dos limites postos pela sociedade instituída, pode-se tentar tornar a escola um possível espaço de questionamento da realidade e de busca de novos sentidos.

Gramsci falava de um contexto e de uma realidade que se alterou significativamente nas últimas quatro décadas, tanto no que se refere a relações de trabalho quanto ao significado da cultura no contexto da política. É verdade que alguns problemas são recorrentes na história e um clássico da ciência política pode nos ajudar a refletir sobre as questões que se renovam. Cabe acentuar que, na atual fase do capitalismo e da organização dos movimentos sociais, ao menos no Brasil se torna difícil vislumbrar a possibilidade de transformação radical da sociedade e, neste sentido, o pensamento de Gramsci é situado.

Entretanto, sua atualidade pode ser evidenciada na relação entre política e cultura, que nos permite explicitar a desmesurada dimensão de formação educativa dos meios de comunicação de massa enquanto meio de formação de um consenso passivo e homogêneo; na medida desta compreensão, pode-se buscar caminhos de questionamento de nossa realidade. Voltar a Gramsci para compreender as novas relações sociais significa dizer que existem conceitos que continuam sendo fundamentais para pensar a realidade contemporânea, apesar de todas as mudanças: o conceito de hegemonia é um deles, principalmente porque nos permite redimensionar a noção de educação e mostrar a importância de uma formação política para as classes dominadas.

Embora as condições econômicas e sociais tenham se transformado, de modo a parecer não haver mais lugar para os sonhos, “mesmo quando tudo está ou parece perdido, é necessário retomar tranquilamente a obra, recomeçando do início” (GRAMSCI 1975, carta de 12/09/1927, p. 126). E recomeçar significa, a partir dos pressupostos aqui colocados, compreender o real a fim de criar novas opções políticas de mudança. As

classes trabalhadoras, à medida que necessitam unificar-se para subverter os mecanismos de dominação e de conformismo que predominam na sociedade capitalista, precisam organizar-se em instituições renovadoras para refletir e criticar as contradições que perpassam seu cotidiano e encaminhar transformações radicais.

A atuação da escola na construção dessa nova realidade teria que ir muito além de fornecer instrumentos para o aluno desempenhar uma profissão; a escola precisaria mudar em sua estrutura, conteúdos e métodos, para criar as condições para o aluno reconhecer suas raízes culturais e os valores que transcendem seu tempo, a fim de compreender a sua inserção no mundo. Como ainda podemos sonhar e o sonho impulsiona a ação, continuaremos a sonhar (SCHLESENER, 2009), a fim de renovar a escola, para gerar as condições internas de um trabalho que mostre as contradições que permeiam a nossa formação social e relacione pensamento e ação, a fim de contribuir para a emancipação política das novas gerações.

Sem esquecer que somente a vitória permanente na luta hegemônica pode romper com os elos de dominação e subordinação. A luta objetiva deixar de viver `a margem da história, romper os grilhões da dominação brutal ou simbólica, tornando-se imprescindível elaborar um modo de pensar autônomo, nascido da compreensão das contradições que permeiam nossa realidade. Renova-se a cada dia a luta entre Davi e Golias, ou ainda o nosso trabalho de Sísifo que, embora insano, não nos deve esmorecer porque o sonho sonhado coletivamente pode, um dia, tornar-se realidade.

Da perspectiva da educação escolar, um dos passos sugeridos por Gramsci podem bem ser apresentados aqui como uma primeira iniciativa de luta: tirar “das classes dirigentes a educação do povo, que os direciona para a obra de destruição e de sangue”, condição para o “primeiro e decisivo passo em direção a uma nova era, que é o propósito constante de nossos corações (GRAMSCI, 1980, p. 643).

Referências

ACCARDO, Aldo. Introduzione. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere** (Edizione anastatica dei manoscritti), Cagliari : B.Treccani|L'Unione Sarda, 2009.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Compreender o real, demonstrar sua inteligibilidade**. In: SCHLESENER, Anita Helena e PANSARDI, Marcos V. Políticas Públicas e Gestão da Educação. Curitiba: Ed. UTP, 2007, PP. 33-46.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del Carcere**. Torino : Einaudi, 1978.

_____. **Lettere dal Carcere**. Torino : Einaudi, 1975.

_____. **Cronache Torinesi (1913-1917)**. Torino: Einaudi, 1980.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. (3^a Ed.) Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SCHLESENER, Anita Helena. **A escola de Leonardo: política e educação nos escritos de Gramsci**. Brasília: Líber Livro, 2009.